

## Território usado e economia política: Dinâmicas do ordenamento espacial

Mauricio Moysés  
mauriciomoyses88@yahoo.com.br  
Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências

### Introdução

O trabalho tem por objetivo apresentar uma breve síntese dos conteúdos discutidos sobre a problemática direcionada a economia política e sua relação com um conjunto teórico e de método que une as ciências sociais, econômica e geográfica. Por sua vez, atenta-se para uma interpretação das formas que conduzem o ordenamento do território no período atual.

A necessidade de reflexão da totalidade do mundo é uma questão que permeia os estudos geográficos, não apenas pela importância de reconhecer as dinâmicas que integram uma ordem global e outra ordem local, mas para estabelecer quais intencionalidades atribuem razão para a organização social, política, econômica e, sobretudo, cultural oriunda da relação entre agentes e os usos do território. Nos dizeres de Milton Santos (1996, p. 339):

“A ordem global funda as escalas superiores ou externas às escalas do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade”.

Ordem global e local aqui, não serão tratadas apenas como dualidades, mas como uma situação geográfica complementar, contraditória e co-relacionada a medida que uma está submetida a outra. Ações e objetos que tendem a ser global necessitam dos lugares para sua efetivação.

Segundo Ribeiro (2005, p. 12459) “Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social”. As ações e os objetos portam normas e regulações que permitem confrontos entre os agentes no tempo presente.

A forma como cada agente atua e usa o território dependerá do projeto político para determinada organização do mesmo, em que as divisões do trabalho estão condicionadas a aceleração contemporânea, e se manifestam de maneira hierárquica e seletiva em diferentes escalas (global, nacional e local) conforme a apropriação técnica e ideológica na atuação dos agentes.

Nas palavras de Brandão (2009, p. 154-155) “há atos planejados de preocupação com um horizonte temporal para além do momentâneo, gerando trajetórias, possíveis vias de desenvolvimento, estruturando opções e alternativas (respostas diversas e concretas a

problemas concretos)” que viabilizam o processo de desenvolvimento e apontam para a classificação e seleção da qual os sistemas de ações definirão os sistemas de objetos no espaço geográfico.

O poder de alguns agentes sobre outros têm uma função decisiva em relação à questão do ordenamento e desenvolvimento de áreas geográficas, por conduzir as intencionalidades e usos dos recursos produtivos para a organização econômica e social em diferentes escalas.

A partir de análise bibliográfica problematizaremos a economia política e sua manifestação espacial, perpassando sobre a concepção que se faz hegemônica de desenvolvimento. Concepção essa, condicionada pelo mercado capitalista de ordem global e outra não-hegemônica, cujas bases estão fundamentadas nos lugares, nos sítios, nas necessidades de sobrevivências dos países e populações mais pobres, oriundos das desordens promovidas pela globalização, com vistas à acumulação de capital.

O trabalho estrutura-se em duas partes: Na primeira: abordaremos a problemática conceitual em torno ação hegemônica do desenvolvimento e ordenamento espacial que segue como tendência; Na segunda: apresentaremos às transformações nos diferentes usos do território a partir do desenvolvimento local com forma de resistência à perversidade capitalista.

### **Concentração econômica: demanda do mercado global e atuação na perspectiva hegemônica**

Consideramos, o território como um território usado, definido por Santos (1996, p. 63) como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e de sistemas de ações”, sinônimo de espaço geográfico, cujos elementos não estão isolados, mas integrados a realidade histórica.

No conjunto desses sistemas de ações e objetos, configura-se um território constituído por todos os agentes (pessoas, empresas e o Estado) que o tem como recurso e abrigo (Gottmann, [1975], 2012). Assim, cada agente no território conduz suas atividades e ações em divisões do trabalho próprias para legitimar sua existência em um espaço cada vez mais artificializado.

A preocupação em buscar uma interpretação da realidade do espaço geográfico e considerar as relações sociais e econômicas na produção, circulação e consumo em diferentes escalas, reside em explicitar a análise e leitura do ordenamento espacial a partir da análise da economia política da urbanização e da economia política das cidades. Compreendida aqui como o funcionamento do capital e do trabalho que dinamizam as relações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações.

A análise da economia política da urbanização (próxima à ideia de economia política do território) leva em consideração “uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país” (Santos, 1994, p. 114). A economia política das cidades é a “forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os

diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (Santos, 1994, p. 114). Ambos os planos de análise são inseparáveis e se complementem, por se situarem espacialmente.

A interpretação global e local se evidencia, pois o processo de urbanização se conecta com o mundo por meio das redes, nós, fluxos, da divisão territorial do trabalho, cuja produção se materializa e imaterializa-se nas cidades. Daí a necessidade de se pensar as formas de organização da produção e da divisão do trabalho. Nesse sentido, sigamos para debater maneiras de como o desenvolvimento capitalista deseja e impunemente se faz hegemônico, mas também considerar meios em que a economia lugariza-se e ascende para um desenvolvimento local em decorrência do caráter seletivo e hierárquico de uso do território.

O território usado tem parte de sua base de reprodução uma especialização das funções condicionadas pelas empresas privadas e mediadas pelo Estado, que regulam e determinam quais áreas geográficas terão um conjunto de elementos necessários para o funcionamento mais fluido do mercado capitalista, materializando-se, sobretudo nas cidades.

De acordo como Santos (2001, p. 34), “Cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica”. Na medida em que as empresas empurram a lógica global do mercado para sua reprodução nos lugares, as cidades (dimensão material e concreta dos sistemas de ações) são estruturadas com modernos sistemas técnicos para atender as demandas particulares do mercado, articuladas pelas grandes corporações (monopólios e oligopólios). “Alguma zonas mais propícias para sedear atividades de nível global se tornam autênticos espaços da globalização [...] Na verdade, essas áreas constituem os espaços de eleição global para certos produtos” (Santos, 2001, p. 42).

A inserção de determinadas atividades em porções do território e do espaço urbano, resulta em impactos econômicos relativos nas distintas especializações produtivas e no conjunto de atividades que se acumulam em torno do funcionamento do mercado. “O comportamento do sistema financeiro acaba por ter influência decisiva sobre a dinâmica da economia na medida em que alguns “dinheiros” são privilegiados, enquanto outros são negligenciados, arrastando uns e outros as atividades correspondentes e os lugares onde se situam” (Santos, 2001, p. 46).

Ao atribuir ordens e conteúdos particulares, as grandes corporações privilegiam parcelas do espaço e da população. “As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade de exercício do seu poder. O resto do território torna-se, então, o espaço deixado às empresas menos poderosas” (SANTOS, 2001, p. 38). Criam-se *espaços luminosos* e *espaços opacos* que se concretizam neste modo de urbanização. De acordo com Milton Santos (1996, p. 245-246):

Os espaços luminosos são o “teatro da ação dos vetores da modernidade globalizadora, as frações urbanas que envelhecem podem ser operadas sem maior submissão a tais nexos, escapando à regulação direta dos atores econômicos e

sociais hegemônicos” [...] Os espaços opacos são “áreas menos modernas, tornadas irracionais para os usos hegemônicos”.

O funcionamento das cidades e, sobretudo das grandes cidades, passa a ser regido de forma hierárquica e seletiva, de modo que os objetos técnicos e sociais funcionais são distribuídos profundamente de forma desigual em seções do espaço urbano. O modelo atual reúne forças políticas que são capazes de concentrar os recursos (materiais e imateriais) e os investimentos públicos exclusivamente para o funcionamento das grandes empresas, em detrimento das menores.

Os conceitos de *espaços luminosos* e *espaços opacos* sustentam a busca pela totalidade dos lugares. Esse conjunto dialético nos aproxima dos conteúdos locais da cidade, perceptíveis na especialização dos usos do território para a realização de cada atividade no sistema produtivo. Em grande parte as atividades não estão pautadas para as transformações do mercado interno, mas sim, exteriores aos interesses comuns do território.

A prioridade em que as políticas dos agentes hegemônicos que usam o território (empresas e Estado) visam estabelecer a produção amplamente para o mercado global para exportação. Assim, ampliam as disparidades entre a produção interna para o benefício da nação. As pequenas e médias empresas, em condição desigual de concorrência são ausentadas dos projetos que permitam atender as preocupações de um mercado interno.

As políticas de vertente neoliberal acirram e conduzem ainda mais o caráter seletivo da distribuição geográfica das bases produtivas, cujos bens e serviços tendem a concentrar-se mais nas dimensões *luminosas* do território. O Estado se personifica como um ente regulador das iniciativas de uso privado do território. E a população pobre é quem mais sofre, principalmente com a ausência de políticas de interesse social<sup>30</sup>, pois os recursos financeiros são destinados exclusivamente para as empresas (Santos, 2001; Harvey, 2004).

A condição acima expõe parte dos diferentes usos do território, definidos por pontos especializados, funcionais e com um sistema de produção modernizado são condicionados pela lógica capitalista a submeter-se na condição de receptor de um modelo externo que usufrui de um circuito interno de produção. Essa seletividade acirra cada vez mais as desigualdades, a pobreza, e o desemprego da população. Tal situação é propiciada pela concentração do capital e do movimento das modernizações no território usado pelos agentes hegemônicos.

Interessa-nos, também reconhecer e interpretar o conjunto dinâmico que constitui as bases econômicas e sociais nas dimensões *opacas* do território, principalmente na escala

---

<sup>30</sup> “Esta versão do capitalismo, desejada imaterial e ubíqua, cria enclaves com dotação máxima de amenidades; impede a sociabilidade interclassista; coloniza a rede urbana através de redes de serviços que destroem a singularidade dos lugares; rompe os pactos sociais que orientavam as políticas públicas inclusivas; aumenta a concorrência intracapitalista, impossibilitando a permanência de atividades econômicas com raízes culturais profundas” (Ribeiro, 2005, p. 12463).

local. Atividades essas que se aglutinam e estão presentes em grande parte do território, praticados pelos agentes não hegemônicos que emergem do caráter residual da modernização, da escassez de recursos, da negação as normas pré-estabelecidas pelo mercado global e da necessidade de sobreviver e resistir nesse sistema de produção. De acordo com Ribeiro (2005, p. 12461) “É desta maneira que o pensamento dominante impõe um sistema de classificação social em que existe a possibilidade do inclassificável, uma categoria residual em ampliação pelo próprio funcionamento sistêmico da versão hegemônica do mercado”.

Superar as tendências capitalista (Brandão, 2009) se faz necessário, pois o território, portador de territorialidades, “demonstra a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica” (Brandão, 2009, p. 06). E de rompimento com a padronização econômica do capitalismo, em que agentes (sociedade civil, Estado e empresas) atuam em condições díspares no que diz respeito ao acesso e uso de tecnologias, informações, capital e de normas.

### **Propostas de interpretação das dinâmicas locais e do mundo como possibilidade**

Segundo Brandão (2009, p. 169), “o território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflituosidades”. E complementa, “Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), e, portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões” (idem, p. 169).

O autor chama a atenção para a questão do desenvolvimento na escala local e da economia política no espaço vivido, que contemple as ações de todos os agentes e, sobretudo para o desafio de definir a produção social do território sob uma perspectiva não-hegemônica.

De acordo com Santos (1996, p. 315) “impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de revisitar o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados [pois] presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando: os objetos, as ações, a técnica, o tempo”. Conforme Ribeiro (2004, p. 45-46), “o lugar é, então, uma determinada manifestação da tecnicidade exigida pela sobrevivência, de um ativismo da reprodução e de uma resistência do singular e do diverso [...] O lugar é uma expressão da vontade organizadora”.

De acordo com Brandão, para maior dimensão do desenvolvimento devemos nos atentar para a escala local, em que a análise reside na divisão do trabalho. Entendida aqui como uma categoria mediadora, a divisão do trabalho é “capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior” (Brandão, 2009, p. 166).

Cabe-nos uma investigação de renovadas formas de manifestação de usos do território em diferentes escalas nos países periféricos. Como visto o modelo de capitalismo imposto às Nações subdesenvolvidas requer uma maior fluidez para atender as necessidades do mercado global. O processo de acumulação do capital hegemônico no período da globalização se dá de forma hierárquica, mas também conflituosa manifestando-se nos lugares.

As decisões hegemônicas globais de interesse ao mercado são em partes os definidores do ordenamento espacial no território. O conjunto de elementos capazes de modular a maior fluidez do território definirá a função dada a determinadas parcelas do espaço geográfico, perceptíveis na divisão do trabalho. Com isso, deve-se considerar a rigidez desse processo, em que movimentos de luta não-hegemônicos tencionam, travam e disputam os usos que reconfigurarão o território na vivência cotidiana.

Coraggio e Arancibia nos chamam a atenção para a questão social atrelada a economia do território e a necessidade de construir políticas sociais que venham a intervir no processo de produção e distribuição da riqueza, como um programa de ação coletiva na construção da sociedade. A necessidade de interpretação e análise de um *lado oculto da economia capitalista, cujas formas de desenvolvimento faz perdurar outra economia*, uma economia não-hegemônica, em que as forças de coletividade estão nas bases para própria reprodução.

Nas palavras dos autores nos países da periferia do sistema “o processo de acumulação capitalista não é o único “processo econômico” [...] existe uma economia popular da sobrevivência, da subsistência, do rebusque, da solidariedade da vizinhança, dos que passam a mesma situação de exclusão e carência” (Coraggio; Arancibia, 2014, p. 213). Eis que seja oportuna a apreensão de um sistema democrático e participativo para a transformação da vida nos lugares. Coraggio e Arancibia (2014, p. 214) afirmam que, “isto supõe não ver uma economia popular “melhorada”, mas social e solidária ou de trabalhadores, com “alternativa”, como um sistema social novo”.

Um *sistema social novo* requer a mobilização de seus integrantes de forma que supere a subordinação diante à economia do capital subordina a cultura, os ritos e forças dos agentes hegemônicos no capitalismo e ascenda para uma economia do trabalho, cujo Coraggio e Arancibia (2014, p. 13) definem como um *Trabalho Social*:

“O Trabalho social é uma profissão chave para resolver melhor a tensão entre a emergência e a estratégia. Os trabalhadores sociais têm uma larga experiência na prática de intervenção em prol da integração social e particularmente na atenção diante as emergências”, das contradições e desigualdades estruturais do período atual.

Tomando a atividade econômica como parte constituinte da vida social, o Trabalho Social configura-se como “as intervenções relativas à identificação, obtenção do gerenciamento, distribuição e uso dos recursos e a organização de capacidades pessoais, grupais e institucionais na procura da satisfação das necessidades associadas a uma maior qualidade de vida de seus membros” (Coraggio; Arancibia, 2014, p. 214).

Porém, na visão dos autores a possibilidade estratégica de ação do Trabalho Social somente será efetiva em um sistema político democrático e participativo, ou seja, quando o Estado apoia e inclui as medidas propostas pelos trabalhadores sociais como parte integrante das políticas públicas para promover o desenvolvimento local.

Ribeiro (2005) sugere uma articulação das relações sociais que tome como princípio as distintas formas de apropriação e usos do território, a constituição de um mercado oriunda da organização coletiva e do sujeito portador de conhecimentos arraigados aos lugares, corporificado de direitos constituídos no espaço vivido, cuja autora denomina como um *mercado socialmente necessário*.

O mercado socialmente necessário surge da negação as formas de ação do mercado hegemônico, que tende a ser único. Sua reação se projeta na concepção do desenvolvimento local aqui questionada. Segundo Ribeiro (2005, p. 12468) o mercado socialmente necessário enquanto “memória e projeto [é] pensado literalmente de baixo para cima, corporificado e territorializado”. Para a autora, existe,

“uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado [...] O mercado socialmente necessário, calcado em trocas solidárias e realmente inteligentes, pode favorecer o conhecimento do Outro, valorizando a sua humanidade, ou melhor, a igualdade entre todos e o seu direito a reivindicar direitos a partir de sua diferença” (idem, p. 12469).

A organização da economia urbana constitui dessa forma com base nas relações da vida social, no compartilhamento e nas trocas simbólicas entre os agentes. Em que o valor de uso das mercadorias formam os elementos para a transformação do território usado. De forma que enfatize e privilegie as singularidades, a diversidade e direito a igualdade nas práticas culturais coletivas.

Zaoual (2006) nos orienta para a abordagem dos *sítios simbólicos de pertencimento*. Esses uma expressão simbólica e morais das situações econômicas vividas nas práticas cotidianas. Figuradas na noção do *homo situs*. Segundo o autor “Essa noção visa apresentar o homem concreto em sua multiplicidade e sua singularidade. É o homem da situação” (Zaoual, 2006, p. 31)<sup>31</sup> que se contrapõe a noção de *homo economicus*, implícita no desenvolvimento hegemônico.

Na proposta de método dos sítios simbólicos devemos nos ater as diferentes formas de representação dos atores nos lugares, cujo conjunto das especificidades constitui a expressão imaterial pretérita, composta por ritos e mitos que moldam a experiência adquirida nos lugares. “O sítio cria seu mundo, organiza-o e se organiza no mesmo movimento. Trata-se de um fenômeno de auto-organização” (Zaoual, 2006, p. 32).

Zaoual (2006) indica que os sítios possuem três caixas que integram a experiência coletiva dos atores sociais em um dado meio. Há uma *caixa preta* composta de crenças,

---

<sup>31</sup> Nas palavras de Zaoual (2006, p. 50, grifos do autor) “O *homo situs* é um conceito de natureza empírica, na medida em que impõe como imperativo primeiro pensar o homem em situação, conforme toda sua diversidade e sua profundidade. Trata-se de um tipo de *realismo de face humana* tão negligenciado pelas ciências abstratas, como a ciência econômica”.

mitos, valores, revelações, revoluções e sofrimentos. Possui também uma *caixa conceitual* composto por conhecimentos acumulados na trajetória dos atores. E por fim, uma *caixa de ferramentas* que permita mobilizar técnicas, comportamentos e modos de organização. A combinação das caixas revela o todo contido no cotidiano dos sítios simbólicos.

Para Zaoual (2006, p. 34) “Os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida: ralação ao tempo, à natureza, ao conjunto espaço, ao habitar, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo”. Dimensões essas que somente são perceptíveis se adentrarmos no cotidiano vivido, das ações e interações locais, das manifestações individuais e coletivas que altera a forma de organização econômica nas escalas de atuação dos agentes.

Se, no capitalismo a tendência é capitalizar todas as relações, culturas e experiências sociais, a ideia de sítio simbólico de pertencimento aponta para uma redução da desordem (aqui interpretada como sinônimo de insurgência local), diante ao ordenamento espacial imposto pelo mercado global. “O sítio é, afinal um mercado invisível de realidade” (Zaoual, 2006, p. 34), principalmente nas áreas *opacas* do território.

As proposições expostas acima nos trazem luz para um debate sobre o comportamento dos agentes no espaço banal e permitem a reflexão e elaboração de uma sociedade pautada na atividade econômica, entendida como um sistema integrado que expresse o gerenciamento e administração dos recursos existentes para atender as necessidades coletivas comum em uma sociedade.

O que temos é uma economia urbana produzida *de baixo* (SANTOS, 2000), pelas populações mais pobres, por um setor popular marginalizado e excluído com características próprias de divisões do trabalho. As relações se estabelecem na afetividade e comunicação entre os agentes e o meio, o que nos faz reforçar a consideração de uma sociedade local com possibilidade de ação e materialidade múltiplas (Santos, 1996).

Os espaços locais que comportam o esforço de método apontado pelos autores estão integrados ao movimento da totalidade do mundo, assim abertos para os fatores externos em distintas escalas e ao mesmo tempo impedindo as possíveis transformações que os depreciem. Como parte da totalidade qualquer atividade está atrelada a sua dinâmica, seja ela de natureza tecnologia ou econômica para cada situação.

As perspectivas do desenvolvimento local nos trazem e atraem para uma concepção não-hegemônica de uso do território, pela forma singular de organização social, a participação de forma deliberativa diante o Estado. Outro aspecto que define as ações estão focadas na valorização da ética, da subjetividade dos agentes e do compromisso com o espaço vivido, com o *saber local* (Santos, 1999).

### **Considerações finais**

O trabalho buscou apresentar uma consideração inicial sobre o território usado a partir das formas de desenvolvimento econômico que moldam o ordenamento e a organização do território, sendo determinando na condução dos processos de urbanização e constituição das cidades, sobretudo as grandes cidades.

Vimos que o sistema capitalista se manifesta de forma hierárquica e seletiva no espaço geográfico, sob o comando do mercado global definido pela ação dos agentes hegemônicos (grandes empresas e o Estado). Esses agentes em suas ações concentram os recursos e capitais para atender a demanda por fluidez exigida pelo mercado, dispensando a atenção para suprir as necessidades de interesses sociais para as áreas e o restante da população.

A produção de escassez, a distribuição desigual das infraestruturas e serviços e a modernização dos sistemas técnicos fomentam a produção de uma pobreza que reside na estrutura do sistema capitalista e se materializa velozmente nas cidades. As cidades nós das redes que conectam o Global ao Local desencadeiam o movimento as outras áreas que seguem a mesma configuração e modo de organização.

Em oposição às ações perversas do capital, há demandas por usos solidários, comprometidos com a vivência e experiências dos agentes não hegemônicos que também usam economicamente o território e possibilitam a atenção para um conjunto alternativo de novos fluxos e relações pautadas na justiça social.

Evidenciou-se um desenvolvimento local em práticas arraigadas aos lugares, ao cotidiano dos pobres comumente nos países periféricos. Sejam, nos *sítios simbólicos de pertencimento* apresentados por Hassan Zaoual, o *Trabalho Social* indagados por Coraggio e Arancibia em uma interpretação voltada para a ciência econômica e a leitura sociológica de Ana Clara Torres Ribeiro a partir do *mercado socialmente necessário* aproximam para a proposta interdisciplinar que une e integra elementos e categorias constituintes na ciência geográfica como forma de interpretar a realidade e as resistências locais arquitetadas no cotidiano.

No período atual, a interpretação geográfica da economia política coloca-se como um projeto de possibilidades, principalmente a imposição das políticas de vertente neoliberal que atinge os corpos com o discurso empreendedor. A contemporaneidade necessita do movimento de reafirmação de outros meio que não seja ao que nos é concedido e suscite uma alternativa via experiência coletiva de trabalho concreto na dimensão espacial cotidiana.

### **Referências bibliográficas**

- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais. Levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. IN: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf>
- CORAGGIO, Jose Luis; ARANCIBA, Inés. Recuperando a economia: entre La cuestión social y La intervención social. **Cuadernos de Trabajo Social**, Vol. 27-1, Universidade Complutense de Madrid, 2014. Disponível em:

<http://coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/RECUPERANDO%20LA%20ECONOMIA.pdf>

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, [1975], 2012. (Tradução: FAJARDO, Isabela; DUARTE, Luciano).

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. IN: **O novo imperialismo**, São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HASSAN, Zaoual. A ética do desenvolvimento local. O sentido implícito das práticas locais. IN: **Nova economia das iniciativas locais. Uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Lugares dos saberes: diálogos abertos**. In: BRANDÃO, M. Milton Santos e o Brasil. Território, lugares e saberes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território Usado e Humanismo Concreto: o Mercado Socialmente Necessário. Anais do **X Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf>

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 1ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

SANTOS, Milton. Uma ordem espacial: a economia política do território. **Revista Geoinova, Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional**, Lisboa, nº 3, 2001. Disponível em: <http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n3-2.pdf>